

322  
8



Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Recurso de Agravo nos autos do Reexame Necessário e Apelação Cível nº 285217-3**

**Agravante:** Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco – FUNAPE

**Procurador:** Emmanuel Becker Torres

**Agravada:** Maria de Lourdes Pereira da Silva

**Advogado:** José Omar de Melo Júnior

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E CONSTITUCIONAL. RECURSO DE AGRAVO. SERVIDOR PÚBLICO DO TJPE. URV. DIFERENÇAS DE REMUNERAÇÃO (11,98%). LIMITAÇÃO TEMPORAL DO DIREITO EM FACE DA SUPERVENIÊNCIA DE LEI REMUNERATÓRIA. FIXAÇÃO DO TERMO FINAL PARA APURAÇÃO DA DEFASAGEM SALARIAL COM A EDIÇÃO DA LEI ESTADUAL Nº 11.195/94. RECURSO PROVIDO À UNANIMIDADE DE VOTOS.

1. Cuida-se de Recurso de Agravo interposto contra decisão terminativa proferida nos autos do Reexame Necessário e da Apelação Cível nº 285217-3, pela qual, com arrimo no art. 557, *caput*, do CPC, manteve incólume a sentença vergastada em todos os seus termos, que, por sua vez, julgou parcialmente procedente o pedido inicial, para deferir a pretensão deduzida em juízo em relação à demandante Maria de Lourdes Pereira da Silva, determinando à FUNAPE que procedesse com a incorporação do índice de 11,98% em favor daquela demandante, bem como ao pagamento do atrasado, respeitante a esse percentual, respeitando-se a prescrição quinquenal.

2. O inconformismo do agravante reside unicamente quanto ao direito da autora Maria de Lourdes Pereira da Silva, pensionista de ex-servidor público do Poder Judiciário Estadual, à reposição remuneratória no percentual de 11,98% decorrente do decesso verificado quando da conversão do Cruzeiro Real em URV, em março de 1994.

3. Assiste razão ao agravante no que concerne à limitação temporal do direito ao reajuste postulado, em razão da edição da Lei nº 11.195/94. Precedente desta Segunda Câmara de Direito Público: Apelação Cível nº 164590-5.



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

4. Verificada a limitação temporal do direito ao reajuste em questão (11,98%), em decorrência da edição de leis remuneratórias supervenientes, a sentença recorrida deve ser alterada no sentido de fixar o termo final para a apuração da defasagem salarial da autora Maria de Lourdes Pereira da Silva como sendo a entrada em vigor da Lei Estadual nº 11.195/94, observando-se, inclusive, a prescrição.

5. À unanimidade de votos, deu-se provimento ao Recurso de Agravo.

**ACÓRDÃO**

Visto, relatado e discutido o presente Recurso de Agravo nos autos do Reexame Necessário e Apelação Cível nº 285217-3, acima descrito, em sessão realizada no dia 21/03/2013, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do Relatório e do Voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 21/03/2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Recurso de Agravo nos autos do Reexame Necessário e Apelação Cível nº 285217-3**

**Agravante:** Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco – FUNAPE

**Procurador:** Emmanuel Becker Torres

**Agravada:** Maria de Lourdes Pereira da Silva

**Advogado:** José Omar de Melo Júnior

**RELATÓRIO**

Cuida-se de Recurso de Agravo interposto contra decisão terminativa proferida nos autos do Reexame Necessário e da Apelação Cível nº 285217-3, pela qual, com arrimo no art. 557, *caput*, do CPC, manteve incólume a sentença vergastada em todos os seus termos, que, por sua vez, julgou parcialmente procedente o pedido inicial, para deferir a pretensão deduzida em juízo em relação à demandante Maria de Lourdes Pereira da Silva, determinando à FUNAPE que procedesse com a incorporação do índice de 11,98% em favor daquela demandante, bem como ao pagamento do atrasado, respeitante a esse percentual, respeitando-se a prescrição quinquenal.

A FUNAPE, em suas razões de fls. 347/363, aduz, em apertada síntese, que inexistente lei que estabeleça o pagamento do percentual perseguido na demanda, pelo que a manutenção da decisão recorrida contraria a Súmula 339 do STF, bem como os arts. 2º, 37, X e 169, §1º, II, da CF. Alega, ainda, por cautela, a limitação temporal do direito aos reajustes postulados, em razão da edição da Lei nº 11.195/94.

Ao final, requer que esta relatoria reconsidere a decisão recorrida ou que apresente o recurso em mesa para julgamento perante a 2ª Câmara de Direito Público dessa Corte de Justiça.

É o relatório.

Recife, 21 de 03 de 2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**

**Relator**

375  
8



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Recurso de Agravo nos autos do Reexame Necessário e Apelação Cível nº 285217-3**

**Agravante:** Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco – FUNAPE

**Procurador:** Emmanuel Becker Torres

**Agravada:** Maria de Lourdes Pereira da Silva

**Advogado:** José Omar de Melo Júnior

**VOTO**

O inconformismo do agravante reside unicamente quanto ao direito da autora Maria de Lourdes Pereira da Silva, pensionista de ex-servidor público do Poder Judiciário Estadual, à reposição remuneratória no percentual de 11,98% decorrente do decesso verificado quando da conversão do Cruzeiro Real em URV, em março de 1994.

No que diz respeito às alegações do agravante acerca da contrariedade à Súmula 339 do STF, bem como aos arts. 2º, 37, X e 169, §1º, II, da CF, ratifico os termos da decisão lançada às fls. 339/344:

“Como medida preparatória para implantação do Plano Real, a Lei Federal nº 8.880/94 determinou a conversão da moeda então vigente, o Cruzeiro Real, em Unidade Real de Valor - URV, estabelecendo, como data para efeito da modificação do padrão monetário nos salários dos trabalhadores em geral, incluídos os servidores públicos de todos os Poderes da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, o 1º de março daquele ano.

Ocorre que a alteração operada naqueles moldes considerou, como base para o cálculo, o valor em cruzeiros reais do equivalente em URV na data do pagamento do último salário percebido, por força da Medida Provisória nº 457/94, o que acabou por infligir aos servidores públicos que recebem seus vencimentos antes do último dia do mês substancial perda remuneratória no percentual de 11,98%, referente aos dias não computados.

Neste contexto, são uníssonos os tribunais pátrios em reconhecer o direito de recomposição salarial, naquela proporção aos membros e servidores dos Poderes Judiciário e Legislativo e do Ministério Público, os quais, em decorrência do contido no art. 168, da



Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Constituição Federal, têm data de pagamento anterior ao último dia do mês.

A matéria, inclusive, encontra-se sumulada por este Sodalício:

**Súmula 22/TJPE** - O acréscimo do percentual de 11,98%, relativo à conversão da URV, nos vencimentos ou proventos dos servidores públicos, é devido apenas aos membros e servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público.

Acrescente-se que, por força auto-aplicabilidade da garantia estampada nos §§ 4º e 5º da Constituição Federal (redação original), é devida também aos pensionistas que logrem provar enquadrar-se em uma daquelas hipóteses a correção do decesso sofrido, sob pena de malferimento do princípio constitucional de irredutibilidade de vencimentos e subsídios, insculpido no art. 37, XV, da Carga Magna.

Tais regras, contudo, a princípio não se aplicam aos servidores do Poder Executivo, uma vez que recebem seus vencimentos e subsídios no começo de cada mês, e, por conseguinte, não sofreram qualquer prejuízo na conversão.

Decerto, para que se faça possível deferir ao servidor do Poder Executivo o direito à reposição dos 11,98%, é essencial que logre provar que a data adotada como paradigma, para o pagamento dos seus vencimentos, era, à época da conversão para a Unidade Real de Valor - URV, o dia 20 de cada mês, conjuntura, todavia, não configurada nos presentes autos.

Nessa linha, está firmada a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO DO PODER EXECUTIVO. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS. URV. REAJUSTE. IMPOSSIBILIDADE. ART. 168 DA CF. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. Impetração dos Servidores Públicos do Estado do Amazonas, visando a incorporação aos vencimentos de percentual referente à perdas na conversão dos salários de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor. 2. **Segundo entendimento assente desta Corte e do Excelso Pretório, os Servidores Públicos, vinculados ao Poder Executivo, não tem data de pagamento estabelecida nos termos do art. 168 da Carta Magna, motivo pelo qual não é devida a incorporação do reajuste pleiteado com base no art. 22 da Lei 8.880/94.** Agravo Regimental desprovido (AgRg no RMS 24524/AM, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Quinta Turma, DJ 19/05/2008). (G.N.)



344  
8

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS. URV. COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. ANÁLISE DE LEI LOCAL. SÚMULA 280/STF. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. 1. A teor da pacífica e numerosa jurisprudência, o reajuste de 11,98% não é devido aos autores, pois sendo eles servidores públicos do Poder Executivo, não têm direito à reposição do percentual de 11,98%, sendo devido apenas aos servidores públicos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, que percebem suas remunerações no dia 20 do mês, consoante estabelecido no art. 168 da Constituição Federal. 2. O Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento segundo o qual a Lei 8.880/94, que trata do sistema monetário, por ser norma de ordem pública, possui aplicação geral e eficácia imediata. Por conseguinte, a regra de conversão de salários em URV ali prevista deve ser aplicada tanto aos servidores federais quanto aos distritais, estaduais e municipais. 3. A análise acerca da existência ou não de prejuízos em virtude da conversão dos vencimentos consoante orientação da Lei Estadual 11.510/94 ensejaria o reexame de matéria de prova e, ainda, análise da legislação local, o que não é permitido em recurso especial, nos termos das Súmulas 7/STJ e 280/STF. 4. Agravo regimental improvido (AgRg no Ag 807125/MG, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, DJ 20/03/2007) (G.N.)

Pois bem, no que tange à autora Maria de Lourdes Pereira da Silva, observo que a mesma é comprovadamente pensionista de ex-servidor estadual do Poder Judiciário (fls. 153/156), merecendo ter reconhecido o direito de ver acrescido a sua pensão o percentual de 11,98%, relativo às diferenças remuneratórias provenientes da conversão do cruzeiro real para URV (Unidade Real de Valor), em março de 1994.

Com efeito, impende esclarecer que o direito à aludida diferença independe do dia do mês em que o órgão previdenciário pagava as suas pensões, isso por força do princípio constitucional da paridade (art. 40, §§7º e 8º, da CF/88, na redação aplicável à época), eis que lhes cabe receber exatamente o montante que seria pago aos ex-contribuintes se vivos fossem e na ativa estivessem.

Nesta mesma linha, a jurisprudência deste Tribunal de Justiça:

RECURSO DE AGRAVO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PENSIONISTA DE MEMBRO DO PODER JUDICIÁRIO. INTEGRALIDADE DA PENSÃO COM O ACRÉSCIMO DE 11,98% DECORRENTE DA CONVERSÃO DA URV PARA O REAL. 1. Aos integrantes dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público é devido o acréscimo do percentual de 11,98% relativo à conversão da URV, nos termos da jurisprudência consolidada, tanto nesta Corte quanto nos Tribunais Superiores. 2. A



378  
8

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

extensão desse reconhecimento à pensionista decorre da aplicação automática da regra da paridade (art. 40, §§ 7º e 8º da CF, na redação aplicável à época). 3. Por sua vez, cabe à FUNAPE, que não é órgão de quaisquer dos Poderes aludidos no art. 168 da CF, sob a supervisão da Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco, administrar o Sistema de Previdência Social dos Servidores do Estado (§ 1º, art. 3º da Lei Complementar 28/00), independente do poder ao qual os servidores pertencam, sempre respeitando, porém, as regras constitucionais que sejam aplicáveis aos servidores e/ou seus pensionistas. 4. A exigibilidade de regime de benefício previdenciário concedido diretamente pela Constituição independe de previsão orçamentária específica, pelo que não há vulneração aos arts. 169 e 195 da CF. 5. Recurso de Agravo improvido (RA 197603-8/01, Rel. Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, 8ª Câmara Cível, DJ 4/2/2010).

**EMENTA: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. PENSIONISTAS DE EX-SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. DIREITO AO PAGAMENTO DA DIFERENÇA DE 11,98% REFERENTE À CONVERSÃO DA MOEDA EM URV. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.** 1. Pensionistas de ex-servidores estaduais do Poder Judiciário merecem ter reconhecido o direito de ver acrescido às suas pensões o percentual de 11,98%, relativo às diferenças remuneratórias provenientes da conversão do cruzeiro real para URV (Unidade Real de Valor), em março de 1994. 2. Incidência da Súmula nº 22, do TJPE. 3. O direito das agravadas à aludida diferença independe do dia do mês em que o órgão previdenciário pagava as suas pensões, isso por força do princípio constitucional da paridade (art. 40, §§ 7º e 8º, da CF/88, na redação aplicável à época), eis que lhes cabe receber exatamente o montante que seria pago aos seus falecidos maridos se vivos fossem e na ativa estivessem. 4. Por fim, não há de se falar em violação ao princípio da legalidade estrita ou de vulneração aos dispositivos constitucionais referentes à previsão orçamentária da fonte de custeio, porquanto não se está a deferir aumento de despesa pública, ou majoração salarial, mas a reconhecer direito, conforme visto, constitucionalmente amparado. 5. Recurso de agravo improvido à unanimidade de votos. (RA 268331-4/01, Des. José Ivo de Paula Guimarães, 2ª Câmara de Direito Público, Data do Julgamento: 24/05/2012)

Por fim, não há de se falar em violação ao princípio da legalidade estrita ou de vulneração aos dispositivos constitucionais referentes à previsão orçamentária da fonte de custeio, porquanto não se está a deferir aumento de despesa pública, ou majoração salarial, mas a reconhecer direito, conforme visto, constitucionalmente amparado.

Descabe ainda cogitar, por idêntico fundamento, de ofensa do julgado à Lei de Responsabilidade Fiscal, vez que se trata de dispositivo legal destinado a observância pelo Administrador Público, e



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

que, em última análise, não pode ser utilizado como escusa à satisfação do direito do servidor."

Entretanto, assiste razão ao agravante no que concerne à limitação temporal do direito ao reajuste postulado, em razão da edição da Lei nº 11.195/94, havendo esta Câmara, em recente julgamento, decidido nesse mesmo sentido de forma unânime.

Eis o teor do acórdão referido, o qual tomo como parte integrante desta decisão:

APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. SERVIDOR PÚBLICO DO TJPE. VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA EM URV. DIFERENÇAS DE REMUNERAÇÃO (11,98%). RELAÇÃO JURÍDICA CONTINUATIVA. POSSIBILIDADE DE LIMITAÇÃO TEMPORAL DA EFICÁCIA DA SENTENÇA EXEQUENDA. LEIS REMUNERATÓRIAS SUPERVENIENTES. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. FIXAÇÃO DO TERMO FINAL PARA APURAÇÃO DA DEFASAGEM SALARIAL. LEI ESTADUAL Nº 11.195/94. ESTABELECIMENTO DE PADRÕES REMUNERATÓRIOS EM VALORES NOMINAIS COM BASE NA NOVA MOEDA ("REAL"). REAJUSTE SUPERIOR AOS 11,98% DECORRENTES DAS DIFERENÇAS DE URV. EXCESSO DE EXECUÇÃO CONFIGURADO. APELO PROVIDO. 1. De início, afastou-se, por duas razões, a questão processual argüida pela Associação apelada, segundo a qual o fato de a sentença de conhecimento não ter fixado limite temporal ao reconhecimento da procedência do pedido impediria a discussão da matéria em embargos à execução. 1. 1. A primeira, de ordem geral, é a de que as sentenças transitadas em julgado que decidem questões concernentes a relações jurídicas continuativas carregam em si, como condição implícita de eficácia e validade, a cláusula rebus sic stantibus, pelo que seus efeitos são passíveis de sofrer limitação, inclusive total, por força de alteração superveniente, seja do estado de fato, seja, sobretudo, do estado de direito. 1. 2. Nessa linha, quanto ao aspecto temporal, sabe-se que a força vinculativa da coisa julgada atua rebus sic stantibus, isto é, enquanto se mantiverem íntegras as situações de fato e de direito existentes quando da prolação da sentença, cessando, porém, com a alteração do quadro fático ou do quadro normativo componente do silogismo do fenômeno de incidência por ela apreciado (trecho do voto-condutor proferido pelo Min. Teori Zavascki por ocasião do julgamento do REsp 686.058/MG, Primeira Turma, STJ). 1. 3. Com isso resulta claro que a sentença exequenda, por ter decidido sobre questão repetitiva inserida em relação jurídica continuativa (diferenças remuneratórias apuráveis mês a mês em função de equívoco metodológico na conversão da remuneração dos servidores do Judiciário de cruzeiro real para real, com base na utilização da moeda de conta URV), tem os seus limites de eficácia (e, por conseguinte, a sua execução) suscetíveis de sofrerem a influência das leis remuneratórias supervenientes, na medida em que estas modifiquem, de fato ou de direito, o silogismo originário da causa, sem que isto signifique violação à coisa julgada. 1. 4. A segunda razão, bem característica da hipótese em lume, está em que a sentença





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

exequênda, ao reconhecer a existência de diferenças remuneratórias de valores indeterminados, devidas aos servidores, fixou o an debeat, remetendo explicitamente o cálculo da condenação para a fase de liquidação, mesmo porque a ação de conhecimento foi ajuizada por uma Associação, em regime de substituição processual de uma quantidade inicialmente indeterminada de servidores (estes identificados apenas na fase de execução). 1. 5. Nesse panorama, a definição concreta dos montantes que comporiam o quantum devido a cada um dos servidores substituídos, só poderia mesmo ocorrer a posteriori, ao tempo em que se estabelecessem os elementos factuais pertinentes, sejam os de caráter individual (os padrões remuneratórios de cada servidor), sejam os de caráter geral (as leis remuneratórias supervenientes à conversão do padrão monetário). 1. 6. Perfeitamente cabível, portanto, no plano jurídico-processual, a discussão, em sede de embargos, sobre o alcance do título exequendo em foco, à vista das leis remuneratórias supervenientes. 2. A discussão de fundo reside em definir como se devem apurar as diferenças de remuneração decorrentes da conversão da URV ao longo do período controverso, tendo em conta as leis estaduais supervenientes à conversão, que alteraram a remuneração dos servidores em foco. 2. 1. No tema, o STF, por ocasião do julgamento da ADI 1.797, claramente afirmou que os cálculos das diferenças de URV deveriam levar em conta a edição de leis posteriores que modificassem os respectivos padrões remuneratórios. 2. 2. Todavia, o tema voltou à pauta do STF, quando do julgamento conjunto de medidas cautelares nas ADIs 2.321 e 2.323, ocasião em que a Excelsa Corte, revendo o entendimento firmado na ADI 1.797, especificamente no tocante aos servidores do Judiciário Federal, afastou, por maioria de votos (seis a cinco) a Lei Federal nº 9.421/96 como termo final do período de apuração das diferenças de URV devidas àqueles servidores (da Justiça Federal). 2. 3. Nessa ocasião, o entendimento majoritário foi no sentido de que, apesar de fixados em valores nominais, em "Reais", por lei superveniente à conversão (Lei Federal nº 9.421/96), tais valores nominais eram os mesmos praticados com base na conversão que tomou por data-base o primeiro dia do mês, e não o dia 20, de tal modo que teria restado mantida a defasagem de 11,98% derivada da conversão originária, sendo certo que o reconhecimento dessa circunstância factual, não ponderada por ocasião do julgamento da ADI 1.797, levou à conclusão de que, para os servidores do Judiciário Federal, o cálculo das diferenças de URV não poderia ter como termo final a Lei Federal nº 9.421/96. 2. 4. Isto significa, em essência, que o julgamento das ADIs (MCs) 2.321 e 2.323 não guarda nenhuma incompatibilidade ou contradição substancial com o raciocínio de base adotado na ADI 1.797, segundo o qual, em linha de princípio, a edição de lei superveniente à conversão, instituidora de novos padrões remuneratórios, caracterizaria o termo final do cálculo das diferenças da URV. 2. 5. Assim, do exame dos precedentes do STF a respeito, sobretudo com a conjugação dos raciocínios desenvolvidos na ADI 1.797 e nas ADIs (MCs) 2.321 e 2.323, tem-se por estabelecido, na jurisprudência da Corte Excelsa, como elemento de demarcação do termo final do cálculo das diferenças de URV, a edição de leis supervenientes à conversão que tenham fixados



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

novos patamares remuneratórios, maiores que os anteriores, suficientes a absorver a diferença de 11,98%, verificada no momento da conversão da moeda. 3. Do exame concreto das leis estaduais que, posteriormente à conversão, outorgaram reajustes aos servidores do TJPE, tem-se que as duas primeiras - Leis Estaduais de nº 11.130, de 23.09.1994, e 11.135, de 31.10.94 - promoveram reajustes percentuais, respectivamente de 43% (a partir de 01.06.94) e de 12% (a partir de 01.09.94), sem explicitar os novos valores nominais, daí resultantes, dos vencimentos dos cargos do TJPE. 3. 1. Em sequência, e antes mesmo de investigar se a Lei nº 11.195/94 promoveu, ou não, acréscimo remuneratório que pudesse implicar na incorporação aos vencimentos da diferença de 11,98% em questão, anotou-se que dito diploma legal, pelo só fato de ter fixado, em valores nominais, novos padrões remuneratórios para os servidores, já é só por si determinante da caracterização jurídica de um limite temporal para os cálculos, não para a totalidade dos servidores dos servidores substituídos, mas sim para um número expressivo deles. 3. 2. Isso porque, nas planilhas apresentadas pela Associação estão contemplados servidores que ingressaram nos quadros do TJPE posteriormente à edição da Lei Estadual nº 11.195/94, quando os servidores do TJPE já haviam obtido um reajuste global de 55%, se considerada a soma algébrica dos percentuais conferidos pelas Leis nº 11.130/94 e 11.135/94 - ou ainda de pouco de mais de 60%, se considerada a incidência de um percentual sobre o outro (12% sobre 43%), em ambos os casos perfazendo-se um reajuste muito superior aos 11,98% da diferença de URV. 3. 3. Nesse contexto, é fora de dúvida que, para os servidores que ingressaram nos quadros do TJPE depois da Lei nº 11.195/94, não há que se cogitar, nem em tese, de que tenham eles direito a qualquer diferença de URV, eis que, quando de suas investidas, já encontraram um regime remuneratório definido e estabilizado, com valores nominais em Real, isto independentemente de que aquela lei tenha, ou não, também conferido aumento aos servidores do Judiciário local. 3. 4. Este fundamento, contudo, não é só por si suficiente para dirimir a controvérsia no tocante aos servidores que ingressaram no TJPE antes da Lei nº 11.195/94. 3. 5. Para este outro grupo, é necessário perquirir se os novos valores nominais ali instituídos promoveram, ou não, em termos jurídicos, a absorção definitiva da diferença de 11,98% reconhecida pela sentença exequenda. 3. 6. Afirma a Associação que aquela lei "não assegurou aos servidores do Poder Judiciário qualquer vantagem financeira que, de alguma forma, pudesse implicar na incorporação aos vencimentos da diferença de 11,98% em questão. 3. 7. É evidente que, tendo aquela lei fixado em valores nominais os novos padrões remuneratórios dos vencimentos base, não é possível verificar, diretamente do texto legal em si mesmo considerado, se ela implicou, ou não, em aumento de remuneração. 3. 8. No entanto, este aspecto é perfeitamente passível de ser aferido na análise das próprias planilhas de cálculos acostadas pela Associação, correspondentes aos servidores processualmente substituídos. 3. 9. Deveras, o exame das planilhas em apreço demonstra claramente que os patamares remuneratórios praticados de setembro a dezembro de 1994 (período em que a remuneração esteve regida pela Lei nº 11.195/94),

382  
8



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

eram significativamente menores do que os que passaram a ser praticados a partir de janeiro de 1995 (por força da instituição do Plano de Cargos a que se referia a Lei nº 11.195/94). 3. 10. Têm-se, em significativo número de casos, aumentos de mais de 100%. E em todos os casos há aumento de mais de 11,98%. 3. 11. Em suma, a Lei Estadual nº 11.195/94 não apenas fixou novos padrões remuneratórios em valores nominais já na nova moeda, como também outorgou aumento de mais de 11,98% em relação à remuneração até então vigente. 3. 12. Claro está, pois, que a Lei em apreço, pela alteração a um só tempo quantitativa e qualitativa que promoveu nos padrões remuneratórios dos servidores do TJPE, constitui o termo ad quem do cálculo das diferenças de URV. 3. 13. Ora, a partir do momento em que não mais é possível visualizar, por nenhum ângulo, qualquer que seja, a presença de pagamentos feitos a menor, por decorrência da conversão aludida, é de rigor concluir-se pela inexistência de diferenças a serem pagas a esse título. 3. 14. De todo modo, antes mesmo da Lei Estadual nº 11.195/94, os servidores do TJPE já haviam obtido, como visto, reajustes percentuais muito superiores aos 11,98% decorrentes da diferença de URV (43% e 12%). 3. 15. Via de consequência, ainda que a Lei nº 11.195/94 não tivesse propiciado - como propiciou - um efetivo aumento de remuneração superior a 11,98%, mesmo assim ela consubstanciaria o termo final do cálculo das diferenças em lume, posto que a raiz ontológica do reconhecimento jurisprudencial do direito dos servidores e agentes políticos (excetuados os do Executivo) às diferenças de URV, está na ofensa ao princípio constitucional da irredutibilidade dos vencimentos, princípio este tido por vulnerado pela metodologia de conversão com base no primeiro dia do mês, e não no dia do efetivo pagamento. 3. 16. Assim, tão logo explicitados, na nova moeda, os novos padrões remuneratórios dos servidores, em valores pelo menos 11,98% superiores aos patamares resultantes da conversão originária (tida por inconstitucional), não há mais que se cogitar de ofensa ao princípio da irredutibilidade. 4. Nessa ordem de idéias, a hipótese vertente contempla flagrante excesso de execução, porquanto computados, nos cálculos elaborados pela Associação apelada, pretensas diferenças de URV referentes a período posterior a dezembro de 1994, sendo certo que o campo de incidência próprio, natural, jurídico, dos efeitos da sentença de conhecimento é aquele que tem como termo inicial o mês de abril de 1994 e como termo final o mês de dezembro de 1994 (inclusive), tal e qual retratado nas planilhas individualizadas apresentadas pelo Estado em seus Embargos. 5. Apelo provido, à unanimidade de votos, em ordem a julgar procedentes os Embargos à Execução, reconhecendo como devidos, aos servidores substituídos, os valores objeto das planilhas individualizadas apresentadas pelo Estado, servindo o respectivo somatório global como base de cálculo para a verba honorária fixada na sentença de conhecimento (20% sobre o valor da condenação) (Apelação Cível nº 164590-5, Des. Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, 2ª Câmara de Direito Público, Data de Julgamento: 21/01/2010).



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Pois bem, verificada a limitação temporal do direito ao reajuste em questão (11,98%), em decorrência da edição de leis remuneratórias supervenientes, a sentença recorrida deve ser alterada no sentido de fixar o termo final para a apuração da defasagem salarial da autora Maria de Lourdes Pereira da Silva como sendo a entrada em vigor da Lei Estadual nº 11.195/94, a qual estabeleceu novos padrões remuneratórios em valores nominais com base na nova moeda ("REAL"), sendo tais reajustes superiores aos 11,98% decorrentes das diferenças de URV.

Feitas estas considerações, voto pelo PROVIMENTO ao presente recurso de agravo, a fim de reformar parcialmente a sentença recorrida para, em relação à demandante Maria de Lourdes Pereira da Silva, ora agravada, limitar as diferenças devidas à mesma ao período de abril a dezembro de 1994, ante a superveniência da Lei Estadual nº 11.195/94, restando, no entanto, prescritas tais diferenças, pelo que deve ser extinto o feito, com julgamento de mérito, à luz do art. 269, IV, do CPC.

Em razão da sucumbência, também merece ser reformada a decisão de primeiro grau em relação aos honorários advocatícios, no sentido de ser devida tal verba exclusivamente pela parte autora. Sendo assim, fixo os honorários em 2,5% (dois e meio por cento) do valor dado à causa, aplicando-se a suspensividade prevista no art. 12, da Lei nº 1.060/50.

É como voto.

Recife, 21 / 03 / 2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**